



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

## **Das tensões entre a universidade e as comunidades populares: um relato sobre as relações entre a Faculdade de Filosofia e a sua vizinhança**

Hildon Carade (Doutorando em Antropologia – UFBA)<sup>1</sup>

### **Introdução**

Em minha monografia de conclusão de curso, intitulada *Relações incômodas: a dinâmica política social e interpessoal em torno do PAJ (Programa Agente Jovem)* investiguei a experiência de indivíduos engajados em um projeto de política pública e privilegiei a socialidade ativada pelo grupo, haja vista uma política pública ser não apenas uma ação do Estado, mas, também, uma atividade assumida – e ressignificada – pelos cidadãos. Este grupo era composto pelos participantes do Programa Agente Jovem (PAJ), hoje denominado ProJovem Adolescente. Grosso modo, o programa era voltado para jovens na faixa etária dos 15 aos 17 anos de idade, em estado de “vulnerabilidade social”. O núcleo por mim investigado localizava-se no bairro do Alto das Pombas – em Salvador há mais de 50 núcleos do projeto –, abrigava cerca de vinte adolescentes e era coordenado por Benedito, liderança política do bairro, que, àquela época, ocupava o cargo de presidente da associação dos moradores local.

Neste trabalho eu havia atinado para o quanto o PAJ corria ao sabor das aventuras e desventuras de Benedito. Alguns acontecimentos foram marcantes para que eu chegasse a esta conclusão. Eis um breve sumário. Apesar de o programa ter sido criado em plena segunda gestão do presidente Fernando Henrique Cardoso (mais precisamente no ano de 2000), ele só veio surgir no Alto das Pombas no ano de 2005. Benedito é o personagem central para a existência desta trama. Estávamos no início do primeiro mandato do atual prefeito da cidade de Salvador, João Henrique (PP-BA), e um dos partidos a compor, até então, a base de sustentação do governo municipal era o Partido dos Trabalhadores (PT), partido este ao qual Benedito é filiado. Trafegando pelos bastidores do mundo político partidário, o líder comunitário conseguiu estabelecer laços estreitos com o deputado Yulo Oiticica (PT-BA). O ápice de concretização das alianças foi, justamente, a criação de mais um núcleo do PAJ em Salvador. “Eis aqui uma turma só para você” – teria dito o deputado, uma vez que Benedito, àquela altura, prestava serviços de informática para o

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado no XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais, realizado em Salvador, Bahia, entre os dias 07 e 10 de agosto de 2011.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

núcleo do PAJ no bairro do Engenho Velho da Federação [Entrevista com Benedito, 11 de outubro de 2008].

Assim, desde a sua origem, este núcleo do programa esteve centrado na figura de seu orientador social. Através da teia relacional de Benedito – sua dinâmica de alianças e desavenças –, o destino do PAJ foi sendo traçado. Uma de suas contendas teve um desenlace deveras inesperado. Refiro-me aos seus desentendimentos com o pároco da Igreja do Alto das Pombas.

Em virtude da carência de espaços imobiliários, uma pequena sala da paróquia católica do Alto das Pombas se fazia de sede da associação de moradores do bairro. Todas as atividades da entidade, bem como aquelas concernentes ao PAJ, eram ali desenvolvidas. A harmonia entre as doutrinas eclesiásticas e o ativismo político foi esfacelada ante alguns desentendimentos entre Benedito e o pároco da freguesia local. Benedito nunca me explicou quais foram os motivos da discórdia entre eles. Quando indagado sobre as causas para a querela, ele se resumia a criticar certas posturas do padre, acusando-o de ser autoritário, de ser uma pessoa não afeita ao diálogo e de ser refratário ao trabalho comunitário. Como consequência da contenda, o PAJ ficou ao “Deus dará”, sem espaço físico para a realização das atividades pedagógicas. Não podendo mais contar com o sacerdote, Benedito foi fazer-se a si mesmo.

Ele passou um bom tempo ministrando suas aulas ao ar livre; nas praias de Ondina, no Jardim Zoológico... Os locais não eram apropriados para as atividades diárias, especialmente as que exigiam concentração. Não raro, os jovens se dispersavam com os acontecimentos fortuitos que dão colorido à vida urbana. Como problema suplementar, o grupo estava sempre sujeito às intempéries. Por vezes as aulas eram interrompidas ou canceladas devido às condições meteorológicas. Por algum tempo, Benedito permanecera como um errante pelas ruas da cidade até que [explosão] uma lâmpada se lhe acendeu: “Por que não ter aulas na Faculdade de Filosofia”? – indagou-se. E assim ele trouxe o grupo de beneficiários do PAJ para a área conhecida entre os participantes da organização como “Mirante de São Lázaro”, uma espécie de varanda situada na borda lateral do antigo “casarão” que abriga as instalações administrativas da Faculdade, criando um “poder informal” (Abèlés, 1995) nas sendas da instituição. Era a segunda vez que Benedito fomentava um vínculo com a entidade.

A primeira vez foi no ano de 2001. Nesta oportunidade, Benedito, através do edital do Programa Capacitação Solidária<sup>2</sup>, havia conseguido recursos financeiros para a implementação de

---

2 O Programa Capacitação Solidária foi criado em 1996 pelo governo federal. Porém, uma organização não governamental, a saber, a Associação de Apoio ao Programa Capacitação Solidária, era responsável pela



um projeto de inclusão digital – o Fatumbi – direcionado aos jovens entre 15 e 22 anos de idade residentes nos bairros do Alto das Pombas e do Calabar (áreas limítrofes à Faculdade). Entre os itens financiáveis pelo programa constavam a contratação de recursos humanos, a aquisição de material pedagógico e de consumo, a alimentação, o transporte, a bolsa-auxílio para os adolescentes e uma taxa de administração destinada à organização capacitadora. Restava, pois, a disponibilização de um espaço físico. Benedito percorrera algumas instâncias da UFBA tais como a Escola Politécnica e o Centro de Processamento de Dados, sem obter o apoio pretendido. Foi quando o professor Paulo Lima, então Pró Reitor de Extensão da UFBA, lhe sugeriu procurar o professor Antônio Guerreiro, na época, diretor da Faculdade de Filosofia (gestão 2001-2004). Este resolveu abraçar a ideia, argumentando ser o seu interesse (e, por conseguinte, o interesse da instituição) a manutenção de contatos sistemáticos com os bairros que compõem o entorno geográfico da organização.

O Fatumbi durou três anos (triênio 2001-2003). Benedito ficou distante da Faculdade por quase dois anos. Em 2006 ele voltou à cena na pele de orientador social do PAJ, retorno este já de conhecimento do leitor.

Conhecendo muito bem as dependências da instituição, nosso personagem resolveu se instalar em uma de suas áreas mais visíveis: a varanda do “casarão”. Certo dia, a professora Lina Aras, então diretora da instituição (gestão 2005-2009), estacionava seu carro próximo à varanda e, surpresa com aquelas presenças, resolveu cumprimentá-los, buzinando amistosamente e acenando para o pessoal. No dia seguinte, ao encontrá-los novamente no mesmo lugar, ela resolveu estabelecer um diálogo. Uma vez sabendo serem pessoas moradoras do bairro do Alto das Pombas, participantes de um projeto de política social, ela lhes ofereceu uma sala de aula no turno vespertino, espaço mais adequado que uma varanda.

Na ótica de Benedito, a iniciativa da diretoria tinha sido uma conquista para o grupo. Pelo menos essa era a opinião que ele deixava transparecer em cerimônias públicas. Vejamos uma exemplo. No dia 28 de abril de 2008, no anfiteatro da antiga sede da Faculdade de Medicina, no Terreiro de Jesus, ocorreu a solenidade de formatura de mais uma turma do PAJ. Estavam presentes políticos profissionais, representantes do poder municipal, os adolescentes e seus familiares e membros da comunidade (dos bairros do Alto das Pombas e do Calabar). Neste contexto, a

---

administração da iniciativa. O projeto era destinado a jovens de 16 a 22 anos de idade, provenientes de famílias de baixa renda e residentes nas periferias das regiões metropolitanas do país. O Capacitação Solidária trabalhava em parceria com organizações da sociedade civil através da viabilização de cursos de capacitação profissional. Para mais informações: <<http://www.pcs.org.br>>.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

instalação do PAJ em solo universitário foi por Benedito relatada como: “e então eu resolvi aprontar uma: vamos ter aulas na Faculdade”. Daí, ele prosseguiu a sua narrativa:

E então nós fomos incomodando e adquirindo o nosso espaço. Um dia nós incomodamos e uma professora reclamou da gente. No outro dia, a professora Lina buzinou para a gente. No dia seguinte, nós incomodamos mais ainda e a professora Lina apareceu e teve a sensibilidade de nos oferecer uma sala, dizendo que iria nos mostrar a Faculdade inteira. E conhecemos a Faculdade inteira porque nós vivíamos trocando de sala. Eu brinco dizendo que começamos na graduação, depois fomos para o mestrado, depois fomos para a pós graduação em Filosofia. Esse ano começamos em Psicologia, mas tivemos de sair [de fato no início do semestre por conta própria eles ocuparam uma sala no pavilhão de aulas de Psicologia, mas uma funcionária da secretaria me pediu para lhes dizer que aquele não era um local adequado, pois o pessoal de Psicologia reclamava muito do barulho] e acabamos parando na graduação novamente [diário de campo, 28 de abril de 2008].

Desta fala de Benedito, eu cunhei o termo “relações incômodas” como uma forma de dar conta do padrão de socialidade estimulado pela implementação de uma política pública, levando-se em consideração o fato de a implantação de um determinado projeto social não implicar tão somente a incorporação de recursos materiais, mas, também, a assunção das relações sociais que o atravessam (Cravino e colaboradores, 2002). A troca constante de salas de aula, as reclamações motivadas pelo barulho produzido pelos jovens, os olhares desconfiados em torno daquelas presenças... Embora não se possa afirmar que a Faculdade seja, por natureza, um local silencioso, seriam estes, pois, os indícios de que algo estava incomodando o cotidiano da unidade.

A própria geografia da cidade desempenha um papel importante para esta trama. A Faculdade de Filosofia<sup>3</sup> mais parece um entreposto a mediar as relações entre as áreas nobres dos bairros de Ondina e da Federação e os arrabaldes humildes dos bairros do Alto das Pombas, do Calabar e de São Lázaro. Este último abriga as instalações da Faculdade e possui uma peculiaridade: o trajeto em direção à instituição – a rua Professor Aristides Novis (ou Estrada de São Lázaro) – abriga edifícios e moradas de alto padrão; logo após o *campus* da unidade, deparamo-nos com a Igreja de São Lázaro, envolta por casebres simplórios entrecortados por becos e vielas por onde trafegam uma população economicamente subalterna e afrodescendente. Enfim, em uma mesma rua vislumbramos os dois lados da vida. A proximidade para com esses núcleos menos favorecidos da sociedade é invariavelmente apontada como a causa da violência urbana nesta região. Como a Faculdade de Filosofia não passa incólume a estes episódios de criminalidade e, ao mesmo tempo, tem de lidar com o papel social que se espera de uma universidade pública, a

---

3 A Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas é uma das unidades universitárias da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Nela estão sediados os cursos de Filosofia, Museologia, Ciências Sociais, História, Psicologia e Serviço Social. Estes dois últimos estão lotados no recém-criado Instituto de Psicologia que divide com a Faculdade de Filosofia a mesma área do *campus* universitário.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

presença de moradores oriundos da vizinhança mais humilde da localidade no âmbito da instituição colocou a Faculdade em uma posição não muito confortável. Mas, como era o cotidiano dos jovens no interior da instituição?

### **Da invisibilidade à visibilidade perversa**

Todos os dias, de segunda à sexta-feira, os jovens se dirigiam à Faculdade para assistir as aulas de educação não formal ministradas por Benedito. No início do semestre, eles não tinham um espaço físico certo, ora se instalando em uma sala, ora em outra; ora estando sob a proteção das sombras das árvores, ora acomodados no “Mirante de São Lázaro”, até que a secretária da direção da instituição resolveu alocá-los na sala 20 do Pavilhão Isaías Alves (principal prédio escolar da unidade). Este seria o único tipo de contato com a classe dos funcionários técnico-administrativos da Faculdade. Alocar salas, bem como reservar materiais didáticos, tais como retroprojetor, Data Show, aparelho de DVD, entre outros, eram, para os jovens, as “únicas” tarefas deste corpo de trabalhadores.

Uma vez na Faculdade, eles se dispersavam à espera de Benedito. Uns preferiam esperar na sala (quando esta foi definitivamente alocada). Outros ficavam em um canteiro, sob a proteção da sombra de uma árvore, do estacionamento próximo ao Pavilhão Isaías Alves (nesta época, ainda era permitido estacionar veículos automotivos neste local). Poucas vezes eu vi alguém do PAJ nas dependências do Pátio Raul Seixas (principal ponto de sociabilidade estudantil), mesmo nos dias em que lá estava acontecendo alguma atividade<sup>4</sup>. Talvez eles não se sentissem à vontade no pátio. Um fato pode ser elucidativo. Geralmente as sextas-feiras eram dedicadas ao lazer. Em uma dessas, na qual tivemos a ausência de Benedito, os jovens ficaram em um impasse: ir ou não ir ao Centro de Esportes da universidade, próximo à Faculdade (tínhamos apenas que, literalmente, descer o barranco para chegar até lá). As meninas reclamavam que sempre programavam jogos de futebol, dos quais elas estariam excluídas. Um dos rapazes lembrou que havia baralho e dominó para elas se distraírem. Porém, uma das moças se recusava a descer para o Centro de Esportes. “Eu vou ficar lá olhando para cara de vocês” – disse.

---

4 O Pátio Raul Seixas era muito movimentado. Além do trânsito constante de alunos, funcionários e professores, o pátio era palco de alguns eventos políticos e festivos dos Diretórios e Centros Acadêmicos, tais como, eleições para as representações estudantis, debates entre as chapas concorrentes, festas lúdicas (geralmente às sextas-feiras), manifestações de cunho político, como a comemoração do Dia do Orgulho Gay, entre outros.



Eu fiquei brincando com a situação dando sugestões. Perguntei por que eles não jogavam baleado. Ou por que não arrumar um papel e brincar de salada de frutas? Helena afirmou que ninguém trouxe caderno. Outras pessoas entraram no ritmo das sugestões e citaram a brincadeira de esconde-esconde, a picula etc. Chamei-os para a festa do CACISO (Centro Acadêmico de Ciências Sociais) que estava acontecendo no pátio da Faculdade. Anita disse que não iriam porque não foram convidados. Eu tentei convencê-los de que não havia essa história de convite, mas não obtive êxito [diário de campo, 29 de fevereiro de 2008].

Nesse dia terminamos indo mesmo para o Centro de Esportes, onde tudo ocorreu conforme o previsível. Os meninos jogaram bola, enquanto as meninas se distraíram com jogos de cartas e de dominó. Ficamos lá até ao final da tarde, quando veio a chuva e nos dispersou.

Relatei este fato apenas para ilustrar a não existência de relações de sociabilidade entre os estudantes da instituição e os jovens do PAJ. Estes últimos eram como que “invisíveis” para a grande maioria dos participantes da unidade universitária. Certa vez, perguntei para uma das adolescentes do programa se ela gostava de frequentar as instalações da Faculdade. Eis a resposta:

“Se você está se referindo ao espaço físico, eu gosto sim. Só não gosto do fato de os alunos daqui não nos conhecerem, não saberem do nosso trabalho. Sabe, os meninos de Odontologia [uma outra unidade da UFBA] fizeram um trabalho legal conosco na semana de escovação. Nós fomos assistir a apresentação do trabalho deles. Foi ótimo. Eles haviam preparado uma surpresa para nós e nós havíamos preparado uma para eles. No final, todo mundo chorou. Foi muito emocionante”. Vi nos olhos de Anita um anseio por *reconhecimento* [diário de campo, 01 de abril de 2008].

De fato, “reconhecimento” é o termo correto para compreender esta situação. De acordo com o filósofo alemão Axel Honneth, há uma diferença básica entre os conceitos de “conhecimento” e “reconhecimento”. Escreve ele:

A diferença entre “conhecer” (*Erkennen*) e “reconhecer” (*Anerkennen*) torna-se mais clara. Se por “conhecimento” de uma pessoa entendemos exprimir sua identificação enquanto indivíduo (identificação que gradualmente pode ser melhorada), por “reconhecimento” entendemos um ato expressivo pelo qual este conhecimento está confirmado pelo sentido positivo de uma afirmação. Contrariamente ao conhecimento, que é um ato cognitivo não público o reconhecimento depende de meios de comunicação que exprimem o fato de que outra pessoa é considerada como detentora de um “valor” social (Honneth apud Cardoso de Oliveira, 2006, p. 31, grifos do autor).

Baseando-me na leitura do antropólogo Roberto Cardoso de Oliveira (2006), existiria, na obra de Honneth, uma esfera de reconhecimento que transcende tanto a dinâmica das relações afetivas cultivadas pelos grupos primários (família, parentesco, amizade etc.), quanto a própria órbita do direito, das regras normativas de convivência social, qual seja: o reconhecimento da pessoa enquanto ente moral. “Neste sentido, a manifestação mais geral desse reconhecimento seria expresso como *respeito*” (Cardoso de Oliveira, 2006, p. 33, grifos do autor).

No que se refere aos participantes do PAJ, essa dimensão do *respeito* transcende este fato mais imediato da estadia deles em uma instituição de ensino superior. No meu trabalho de



conclusão de curso já havia chamado a atenção para a forma pela qual os indivíduos concebem o seu engajamento em um determinado projeto de inclusão social. Mais que uma atitude racional de um sujeito que quer se livrar de certas amarras sociais (a superação da pobreza, das discriminações sociais, entre outras), os atores consideram as suas ações sob o ponto de vista moral, isto é, como algo que precisa ser reconhecido por outrem (Carade, 2009).

Voltando à descrição acerca da vivência dos adolescentes no bojo da Faculdade, pode-se dizer que a maioria dos estudantes, professores e funcionários da organização desconheciam esta presença. Entretanto, aqueles que se mantinham atentos em relação aos acontecimentos da unidade explicitaram certa animosidade em face desta aparição, justificada principalmente pelo barulho produzido pelos jovens.

De acordo com Seu Pedro, funcionário da casa, uma espécie de zelador do Pavilhão Isaías Alves (hoje, ele está aposentado), não raro alguns professores reclamavam, através dele, da indisciplina dos adolescentes. Certo dia ocorreu uma situação de enfrentamento, situação esta frequentemente lembrada pelos participantes do PAJ. Incomodada com o barulho causado pelos jovens, uma docente do então Departamento de Psicologia invadiu a sala onde eles estavam realizando as suas atividades, exigindo silêncio, pois estava havendo, no recinto ao lado, a defesa de uma tese de doutoramento, cujo andamento estava sendo prejudicado. Conforme relato de Benedito, eles a receberam com um lacônico e irônico “boa tarde”, e, após uma breve discussão, solicitaram a sua retirada do local, com a seguinte frase: “Nos respeite porque nós pagamos impostos, logo somos nós quem pagamos o seu salário” [diário de campo, 26 de março de 2008].

Recordando-se deste episódio, Seu Pedro afirmou que a referida professora teria saído da sala furiosa, acusando os jovens de desrespeito para com a sua pessoa. Ainda segundo ele, outro professor também havia se indisposto de maneira acintosa para com a presença dos jovens do PAJ. Este docente – “que sempre ministra aulas com um projetor” (complementou ele, aos risos) – terminou por acusá-lo, responsabilizando-o pelo comportamento dos adolescentes. “O pior é que sobra para mim. Os professores pedem para eu resolver o problema. Eu vou lá e tento acalmar eles” [diário de campo, 18 de julho de 2008].

Ignorados por quase todos, considerados como “indisciplinados” pela parcela restante, o grupo formado pelos jovens do PAJ foi paulatinamente emergindo de uma situação de invisibilidade para uma “visibilidade perversa”. De acordo com a socióloga Mione Apolinario Sales (2004), a visibilidade enquanto uma condição humana, política e social entra em contraste com aquela que é conquistada pelos jovens pobres na esfera pública, em especial os autores de ato infracional. Por um



lado, temos a invisibilidade do sofrimento e da dor por que passam crianças e adolescentes em suas áreas de moradia e sociabilidade, notadamente as privações materiais, culturais e, por vezes, afetivas às quais estão submetidos. Por outro, temos uma visibilidade intensificada pelo preconceito e medo da violência, amparados tão somente em características físicas, sociais e geográficas, tidas como reveladoras da periculosidade de seus portadores. Trata-se, portanto, de uma “visibilidade perversa” (Sales, 2004).

Além do simples barulho produzido pelos jovens, eventos do cotidiano urbano da cidade de Salvador contribuíram para a visibilidade do grupo no âmbito da Faculdade, quais sejam: assaltos e roubos praticados nas cercanias e dependências da instituição; e uma chacina ocorrida nos bairros do Alto das Pombas e do Calabar, provocada por disputas em torno da liderança do comércio de armas e entorpecentes, que ceifou a vida de quatro pessoas. Diante estes acontecimentos, a Congregação<sup>5</sup> da Faculdade de Filosofia, tomou algumas medidas, como podemos ver logo abaixo, nesta carta que foi endereçada à toda comunidade acadêmica:

À Comunidade São Lázaro

Considerando a vulnerabilidade em que se encontra a FFCH, e ante os fatos recentes de furto no interior e nas circunvizinhanças do Campus, a Egrégia Congregação da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, reunida no dia 08 de agosto último, deliberou:

- a) pelo cercamento de todo o perímetro da Faculdade, de forma a impedir ou dificultar o livre e inconveniente trânsito, sobretudo de pessoas que se dirigem à FFCH para praticar furtos e roubos;
- b) por estabelecer que a FFCH terá apenas duas vias de entrada de veículos e pessoas, quais sejam, o portão principal de São Lázaro e o portão que dá acesso ao Bairro de Ondina, devendo ser fechadas TODAS as demais entradas, de forma a permitir um maior grau de segurança para todos aqueles que frequentam a FFCH com interesses lícitos;
- c) pela instalação de câmeras de vigilância nos portões e em espaços internos da FFCH;
- d) por estabelecer o controle de entrada e saída de pessoas dos prédios administrativos;
- e) por instituir o Cartão de Controle de Veículos, nos portões de entrada e saída, que deverão estar sempre guardados pela vigilância;
- f) por promover a atualização dos vigilantes, com o respaldo da Comissão de Segurança da UFBA e o apoio do [então] Departamento de Psicologia;
- g) por tomar conhecimento dos termos dos contratos referentes à vigilância e à portaria, visando à fiscalização dessas atividades;
- h) por solicitar o reforço da segurança, com o aumento do número de vigilantes e de porteiros;
- i) pela implementação do paisagismo de segurança em toda a área da FFCH, permitindo uma melhor e mais eficaz visualização do terreno;
- j) pela implementação do Projeto de Iluminação da FFCH;
- l) pelo requerimento à Polícia Militar para uma mais eficaz e corriqueira vigilância nas áreas exteriores à Faculdade, de forma a inibir a prática dos crimes de furto e de roubo que ocorrem no interior e na circunvizinhança da Faculdade, vitimando professores, estudantes

5 A Congregação é, *grosso modo*, o órgão máximo de deliberação de uma unidade universitária. Ela é a responsável por determinar todas as políticas educacionais e administrativas que orientam a instituição, bem como se faz de porta-voz da entidade no que diz respeito ao diálogo com as outras instâncias da universidade.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

e funcionários, assim como pessoas que visitam a FFCH;  
m) pela manutenção do Cartão Programa<sup>6</sup>;  
n) por realizar sessão do Fórum de Segurança da FFCH;  
o) por realizar uma sessão aberta da Congregação, onde serão apresentadas as medidas aprovadas.

*Em seguida foram listadas as medidas que deverão ser tomadas em médio prazo, como a necessidade de desenvolvimento de extensão junto às comunidades vizinhas, a realiza o de eventos no interior das dependências da FFCH e o apoio   realiza o do Projeto Agente Jovem (FFCH) e Projeto Viver<sup>7</sup> (NEIM).*

Nas medidas a serem implementadas a longo prazo, foram aprovadas a constru o de uma rua ligando São Lázaro a Ondina, num traçado que se situa entre a FFCH e o bairro do Calabar, garantido a circula o de pessoas para os dois espaços acima mencionados, e a instala o de um gradil no perímetro da FFCH, de forma a consumir a medida acima anunciada. Foi deliberado, ainda, que será realizada uma série de discussões sobre o consumo de substâncias psicoativas nas dependências da FFCH. Sobre a presença de animais errantes, foi deliberado que, para os animais de grande porte será chamada a Polícia Florestal, e para os de pequeno porte, como gatos e cães, serão acionados os grupos de prote o animal. A FFCH vai propor, ainda, junto às autoridades competentes e associa es, uma campanha sobre a posse responsável de animais [Ata Congrega o da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 08 de agosto de 2008, grifos meus].

Após a publica o deste comunicado, outras vozes foram se erguendo. E assim tivemos a emergência de uma outra carta, abaixo transcrita:

Carta aberta à comunidade acadêmica da Universidade Federal da Bahia

Nos últimos dias toda a comunidade acadêmica da UFBA vem intensamente discutindo as questões de segurança do campus universitário, tendo como foco o São Lázaro e o Paf de Ondina [Pavilhão de Aulas da Federa o, uma das instala es especiais de ensino]. Entendemos que é salutar tal discussão, mas a mesma não está dissociada da realidade enfrentada por toda a cidade de Salvador.

Também nos últimos meses vários jovens foram dizimados em nossa cidade, todos negros, pobres e moradores das áreas periféricas, dentre elas a própria comunidade do Alto das Pombas, vizinha da FFCH.

Em junho choramos pela morte de quatro jovens, vítimas de disputas de tr fico de drogas que foram violentamente assassinados.

Tal a o nos leva a refletir sobre qual violência estamos discutindo? Se a da omissão da Universidade que ao mesmo tempo em que tão próxima   tão distante dos problemas sociais que a circundam ou da m dia de excessos que sempre aguarda ma tragédia para discutir algu problema que de certa é relevante para sua classe social, ou para angariar mais fundos para manuten o desse modelo de reprodu o de injustiças sociais?

Sempre convivemos harmonicamente com a universidade, principalmente pelo fato da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas se confundirem com nosso espaço geográfico.

Mantivemos ao longo de vários anos a nossa autonomia, mas sempre com visao crítica sobre o papel social da mesma e principalmente questionando o *modelo laboratório* que a mesma sempre adotou nos processos de diálogo com a comunidade.

Pensando assim pedimos que ao discutir o problema da violência na UFBA, não seja somente considerado o prisma de quem supostamente ela atinge de imediato, mas compreenda que cobrir de muros, gradearem as unidades educativas e principalmente

<sup>6</sup> Tratava-se de um acordo com a Polícia Militar no qual previa o estabelecimento de rondas policiais no entorno do *campus* universitário.

<sup>7</sup> Ligado   Secretaria de Segurança Pública da Bahia, este projeto atende crianças e adolescentes que tenham sido vítimas de abuso sexual. Mais informa es em: <<http://www.neim.ufba.br>>.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

colocar pessoas despreparadas para fazer a suporta segurança de nada adiantará para tal finalidade.

Conclamamos pelo bom senso de compreender que tal problema ultrapassa os espaços da UFBA e que se faz necessária uma discussão mais apurada com as Comunidades entorno dos Campi.

Esperamos que os professores, funcionários e estudantes que são os protagonistas desta discussão, possam entender que tal problema social não se resolverá numa redoma, tão pouco num grupo seletivo de pessoas que se reúnem para a busca de soluções de momentos-crise, mas tomando medidas que ultrapassem as formas tradicionais, ampliando a relação da UFBA com a comunidade, não limitando-se a ações pontuais no semestre, à *pesquisa-laboratório com a comunidade ou a antiga compreensão de que não sabemos o que realmente queremos e que não somos capazes de construir como parceiros*, um novo modelo de UFBA, que seja verdadeiramente inclusiva, de qualidade e pública para todos [Carta Comunidade do Alto das Pombas, 25 de agosto de 2008, grifos meus].

Esta carta foi escrita por Benedito. Na qualidade de presidente da associação de moradores do Alto das Pombas, o seu objetivo era demarcar a posição oficial da entidade, face aos rumos do debate que estava sendo travado acerca da questão da segurança no bojo da universidade. A essa altura dos acontecimentos, esta discussão já havia extrapolado os limites da Faculdade de Filosofia, tendo se direcionado, pois, para outras esferas da UFBA. Explicarei como se deu esse processo.

Paralelamente aos eventos ocorridos nas dependências e cercanias da Faculdade de Filosofia, um outro caso de violência, agora envolvendo uma outra instância da UFBA, repercutiu nos principais meios de comunicação da cidade. Por volta das 10:30 da manhã de uma terça-feira, dia 19 de agosto de 2008, uma estudante do curso de Dança foi violentada por um homem armado em pleno *campus* de Ondina (local onde estão situados as unidades especiais de ensino, quais sejam, os Pavilhões de Aula da Federação I, II e III). A garota estava se dirigindo para a aula por um atalho que liga o Instituto de Letras à Escola de Dança, quando foi surpreendida pelo sujeito. De acordo com o depoimento da vítima, ela teria sido abordada para um assalto, mas como não tinha objetos de valor, tampouco alguma quantia de dinheiro, terminou sofrendo atos de abuso sexual (Cirino, 2008a). Tal fato motivou vários protestos contra a administração central da UFBA. Estudantes, munidos de um carro de som, ocuparam o prédio da Reitoria, no bairro do Canela, exigindo justiça e segurança. O assunto foi parar nas rodas do Consuni, o Conselho Universitário<sup>8</sup>.

Foi exatamente em uma reunião do Consuni (ocorrida no mês de agosto de 2008) que o movimento estudantil da UFBA teve conhecimento das declarações de Benedito. Como ele não tinha direito à voz na entidade, pois não fazia parte do corpo de conselheiros, um dos representantes

---

8 O Consuni é o órgão colegiado mais poderoso de uma universidade. Nele são definidas todas as diretrizes pedagógicas, políticas e administrativas de uma instituição pública de ensino superior.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

da comunidade baiana<sup>9</sup> presente ao fórum foi o responsável pela leitura da carta. Imediatamente, Benedito se tornou uma figura bastante requisitada nas mais diversas assembléias estudantis que, àquela altura, eclodiam nos mais diversos espaços universitários.

Faculdade de Arquitetura, Faculdade de Direito, Faculdade de Educação... Benedito começou a percorrer várias unidades universitárias, tendo como pauta as relações entre a universidade e as comunidades populares. Não apenas o corpo discente da UFBA estava por trás destas incursões. Conforme relato de Benedito, alguns docentes tinham interesse em explorar o conteúdo das suas opiniões (sintetizadas na carta reproduzida mais acima), em especial àqueles que se colocavam no pólo de oposição ao reitorado da instituição federal, então comandado pelo professor Naomar Almeida [Entrevista, 21 de abril de 2010]. Assim, mesmo quando a universidade se abriu para a discussão sobre o seu relacionamento para com os extratos mais carentes da sociedade, isto se deu a partir dos próprios interesses da organização. Em outras palavras, este debate terminou sendo enquadrado nos termos das disputas internas à própria entidade, no que se refere ao apoio ou ao repúdio às políticas pedagógicas, políticas e administrativas implantadas pelo reitorado.

Voltando à Faculdade de Filosofia, também os estudantes desta entidade tiveram conhecimento da carta emitida pela associação de moradores do bairro do Alto das Pombas. Em face deste documento e dos pontos acordados pela Congregação da unidade, no tocante à política de segurança a ser adotada pela corporação, o movimento estudantil da Faculdade também resolveu publicar o seu libelo. Ei-lo:

#### Carta de Reposta à Comunidade São Lázaro

No último dia 19 de agosto do mesmo, um lamentável incidente ocorreu dentro da nossa UFBA (Universidade Federal da Bahia). Uma estudante foi estuprada nas proximidades da Faculdade de Dança da UFBA [em verdade, o nome é Escola de Dança]. O ocorrido denota-nos duas questões primeiras: 1) a opressão histórica de violência contra a mulher, fruto de uma sociedade racista que insiste em perpetuar esta prática odiosa; e 2) o descaso, também histórico, da UFBA com a segurança dos indivíduos (estudantes, funcionários, professores e demais transeuntes), que na realidade é o desprezo do Estado Brasileiro para com as Universidades Públicas, assim como, da responsabilidade, das duas gestões da atual Reitoria representada pelo “Magnífico” Reitor Naomar Monteiro de Almeida Filho. Parecendo antecipar os fatos a “Egrégia” Congregação da FFCH (Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas), reunida no último dia 08 de agosto do mesmo, deliberou uma série de

---

9 O Consuni é composto pelos seguintes conselheiros: Reitor (presidente) e vice-reitor; todos os pró-reitores (de Planejamento e Orçamento; de Administração Central; de Desenvolvimento de Pessoas; e de Ações Afirmativas e Assistência Estudantil); todos os diretores das unidades universitárias; dois representantes do corpo docente; quatro representantes do corpo técnico-administrativo; dois representantes da comunidade baiana; e a representação estudantil, na forma da lei (Universidade Federal da Bahia, 2010).



pontos – questionáveis – sobre a situação da violência na e no entorno da FFCH, num documento intitulado “À COMUNIDADE SÃO LÁZARO”. Poder-se-ia dar o crédito à Congregação por estar discutindo o assunto. Todavia, nos parece muito estranho que uma congregação – estância deliberativa de extrema importância da FFCH – tenha sido marcada para antes das aulas, quase que impedindo a participação estudantil.

Mas esta não é a questão central que queremos trazer à tona. O documento que trata das deliberações da “Egrégia” Congregação da FFCH deixa bastante nítido que esta compactua com a segregação sócio-racial que existe na sociedade brasileira. A isto chamamos *Racismo Institucional*. O documento trata em uma de suas partes do “cercamento de todo o perímetro da Faculdade, de forma a impedir ou dificultar o livre e *inconveniente* trânsito, sobretudo de pessoas que se dirigem à FFCH para praticar furtos e roubos”.

A primeira vista pode parecer normal o texto do documento, mas duas perguntas podem e devem ser feitas. Quem são esses *inconvenientes*? E quem é a comunidade São Lázaro, a quem é direcionado o documento? A primeira o próprio responde, quando diz das medidas a serem implementadas no longo prazo: “construção de uma rua ligando São Lázaro a Ondina, num traçado que se situa entre a FFCH e o bairro do *Calabar* (...), e a instalação de um gradil no perímetro da FFCH. À segunda fica como um exercício para nossa reflexão.

Porém não poderíamos deixar de citar, também, um documento intitulado “Carta Aberta a Comunidade Acadêmica da Universidade Federal da Bahia” - de autoria da Associação de Moradores do Auto das Pombas. Este documento, em uma das suas partes, diz: “Sempre convivemos harmonicamente com a Universidade, principalmente pelo fato da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas se confundirem com o nosso espaço geográfico. É de nosso entendimento que o trecho retirado desta Carta diz a verdade. Os moradores das Comunidades do Calabar, do Auto das Pombas e de São Lázaro (comunidade ao lado da Igreja de São Lázaro) sempre incluíram o espaço geográfico onde se situa a FFCH como o seu local de reprodução da vida cotidiana. Além disso a Universidade Pública tem a função social de ser o local privilegiado para a produção dos saberes e dos espaços de socialização. Por isso mesmo, a Universidade é de todas e todos. Sendo incabível o termo “cercamento”, tanto material como simbólico.

Por tudo repudiamos a “Egrégia” Congregação da FFCH por suas deliberações no último dia 08 de agosto do mesmo. Na prática, essas medidas não resolveram o problema da violência e sim construíram mais barreira à entrada daqueles que são excluídos dos espaços importantes da nossa sociedade, como é o caso da UFBA [Assembléia Geral dos Estudantes do Curso de Ciências Sociais, 25 de setembro de 2008].

Este documento foi apresentado em uma reunião intitulada “Assembléia Geral dos Estudantes do Curso de Ciências Sociais”, realizada no dia 25 de setembro de 2008, no auditório do Pavilhão Isaías Alves. O fórum foi presidido por quatro membros do Centro Acadêmico de Ciências Sociais e contou com a presença de cerca de cinquenta alunos. Nele, os estudantes repercutiram as medidas adotadas pela Congregação da unidade, tentando estabelecer novas propostas no concernente à política de segurança da entidade. Explorarei o caleidoscópio de ideias, frases soltas e opiniões proferidas neste evento.

O tom da assembléia foi de indignação. Os estudantes reclamaram que a supracitada reunião da Congregação foi marcada em cima da hora, inviabilizando a participação do corpo discente da entidade. “Tomaram atitudes sem consultar os estudantes” – foi a opinião corrente. Dentre estas atitudes, as mais questinadas foram o paisagismo de segurança, a instalação de câmeras, a contratação de novos vigilantes e o cercamento do perímetro da unidade. “Cortar as árvores foi um



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

ato insano. Vamos recorrer ao IBAMA [Instituto Brasileiro do Meio Ambiente]” – disse um estudante, referindo-se a algumas árvores que foram derrubadas para ampliar a visibilidade em torno da área do *campus*. “Câmera é vigilância ideológica, é vigiar e punir – sustentou um dos membros do Centro Acadêmico de Ciências Sociais, numa alusão aos estudos do filósofo Michel Foucault. “No jornal tinha dizendo que havia aqui cerca de vinte câmeras. Eu não sabia disso” – alegou uma outra componente da organização estudantil. “Olha, por si só o aumento do número de seguranças não adiantará muita coisa. Tem de haver preparação. Tem gente com armas sem saber o que fazer com elas” – ponderou um outro estudante [diário de campo, 25 de setembro de 2008].

No que se refere à questão do cercamento da área do *campus*, os estudantes foram veementemente contra esta possibilidade, na medida em que ela significaria uma maior segregação das comunidades vizinhas à instituição. Em vez de adotar esta estratégia separatista, a unidade universitária deveria estimular um maior diálogo com este extrato populacional. Para tanto, os alunos levantaram a proposta de criação de um colégio de aplicação, que, por um lado, atenderia esta população, e, por outro, serviria de laboratório para a atuação dos licenciados dos cursos da área de humanidades.

Argumentando em favor desta sugestão, um dos membros do Centro Acadêmico de Ciências Sociais explicou: “o colégio aplicação é também uma proposta de diminuir o crime, de unir a UFBA com a comunidade”. Um outro estudante retrucou: “Acho preconceito dizer que o crime vem de lá”. Como resposta, lhe foi garantido que a iniciativa garantiria uma perspectiva para os licenciados de cursos tais como Ciências Sociais, História, Filosofia, entre outros, que por vezes ficam pensando no mercado de trabalho, sem encontrar uma chance de desenvolver as habilidades e os conhecimentos aprendidos durante o período de estudos na universidade [diário de campo, 25 de setembro de 2008].

Encontrei na opinião do professor Francisco Mesquita, então vice-reitor da UFBA, uma visão semelhante à apresentada pelo citado componente do Centro Acadêmico de Ciências Sociais. Na ótica de um dos representantes oficiais da universidade, alguns *campus* universitários eram mais propícios de serem acometidos por atos de violência do que outros. Em suas palavras:

*A área mais crítica é o entorno de São Lázaro, acredito que por causa da proximidade com comunidades violentas. No entanto, a Ufba já tem uma proposta de trabalhar junto com as comunidades. Um trabalho de educação realizado pela Pró-Reitoria de Extensão e pelo Fórum Comunitário de Combate à Violência (FCCV)<sup>10</sup> (Cirino, 2008b, p. 4, grifos meus).*

---

<sup>10</sup> Ligado à Pró-Reitoria de Extensão da UFBA, o Fórum Comunitário de Combate à Violência (FCCV) é uma instância permanente de aglutinação de esforços, vontades e recursos (públicos e privados), tendo por objetivo o controle e combate à violência. Mais informações: <<http://www.fccv.ufba.br>>.



Assim, como que diluída entre os membros das altas esferas da universidade (representada pelas deliberações da Congregação da Faculdade de Filosofia e pela opinião do vice-reitor da UFBA) e dos movimentos de representação estudantil (representado pela assembléia dos estudantes do curso de Ciências Sociais), há uma visão recorrente a respeito das relações entre as instituições públicas de ensino superior e as comunidades populares, quando estas últimas estão muito próximas geograficamente das primeiras, qual seja: a necessidade do desenvolvimento de políticas de “boa vizinhança”. Uso o termo “recorrente” com o intuito de indicar a existência de outras posições no conjunto da instituição, como podemos ver na opinião do estudante do curso de Ciências Sociais, quando ele afirmou achar “preconceito dizer que o crime vem de lá”. Outras pessoas pensam exatamente igual a ele. Cabem aqui algumas explicações.

Não importa para esta análise avaliar o que é ou quais seriam os padrões normativos para uma “extensão comunitária”, afinal de contas aqui as instituições não estão sendo auscultadas a partir de suas finalidades (Abélès, 1995). Importa, isto sim, demonstrar quais os sentidos dados à este termo, compreender como ele foi ressignificado pela trama política e pelo devir histórico que, por assim dizer, enredam uma organização.

Neste sentido, a equação formada por três elementos, quais sejam, a proximidade geográfica entre uma unidade universitária e alguns extratos sócio-econômicos desprivilegiados da sociedade, a ocorrência de episódios de violência na área do *campus* da entidade e a visão e representação de certos atores que vivenciaram este período histórico teve um resultado prático, cabe reafirmar: conceber a atividade de “extensão comunitária” como uma espécie de política de “boa vizinhança”.

Há, aqui, a criação de um *poder tutelar*, nos termos do antropólogo Antônio Carlos de Souza Lima (1995). De acordo com ele, por *poder tutelar* entende-se:

[uma] forma de ação para governo sobre espaços (geográficos, sociais, simbólicos), que atua através da delimitação de populações destinatárias de um tipo de intervenção “pedagógica” rumo à capacidade de autocondução moral e política plena como integrantes de uma comunidade política. (Souza Lima apud Ramos, 2003, p. 34).

Souza Lima cunhou este termo em seu estudo sobre o Serviço de Proteção aos Índios e Localização dos Trabalhadores Nacionais (SPIILTN), no qual ele objetivou compreender a formação do Estado no Brasil a partir da relação de conquista entre seus empreendedores e as populações indígenas do país (Souza Lima, 1995). Criado em 1910, o SPIILTN foi transformado em Serviço de Proteção ao Índio (SPI), em 1918, sendo extinto em 1967. A partir da documentação deste órgão, o autor verificou o exercício de uma forma de governo dos índios, qual seja, o *poder tutelar*. Este poder não pode ser confundido com outras formas de governança. O *poder tutelar* é tido pelo



antropólogo como uma forma reelaborada da “guerra de conquista” (categoria retirada dos escritos do filósofo húngaro Tzvetan Todorov), na medida em que ele envolve a fixação dos conquistadores nas terras conquistadas, a redefinição dos territórios conquistados, a promoção de rupturas e alianças no bojo das populações conquistadas, objetivos financeiros e empresa cognitiva (Souza Lima, 1995). Mas, o que tudo isso tem a nos dizer?

Dessa definição de *poder tutelar* é possível extrair alguns ingredientes para a compreensão das visões e representações dos agentes pertencentes à universidade no tocante ao contexto desta pesquisa. O primeiro deles consiste no fato de que aqueles que são tidos como objetos dessa espécie de poder são enquadrados como extratos populacionais com caracteres distintos e aos quais deveriam recair tratamentos específicos. Neste sentido, termos como *índios*, *menores infratores*, *favelados*, entre outros, são mobilizados como uma forma de categorizar e identificar estes indivíduos, destacando-lhes do restante da população através de características genéricas de conteúdo desviante. Logo, o exercício do *poder tutelar* não envolve apenas um disciplinamento dos corpos, mas também a fundação de uma hierarquia.

Assim, quando se diz que é preciso o desenvolvimento de projetos de “extensão comunitária” nas áreas situadas no entorno da UFBA (na vizinhança da Faculdade de Filosofia, em particular), está-se criando aí uma relação de autoridade, uma “relação de conquista”. Ironicamente, ao se incentivar o maior diálogo entre as comunidades populares e a universidade, houve neste processo a estipulação de uma barreira entre “nós”, os universitários, aqueles que podem intervir, e “eles”, os moradores dessas comunidades, aqueles às quais se dirigem as nossas ações. A questão a ser resolvida neste contato é o problema da violência que assola as cercanias e as dependências do *campus* universitário. Assim, a ação dos agentes oficialmente ligados à instituição acaba por se confundir com uma ação militar, na tentativa de criar “um grande cerco de paz”<sup>11</sup>. Em outras palavras, a ideia é suprimir a periculosidade que emana dos rincões mais pauperizados da cidade. Logo, há aqui um processo de constituição do Outro, ou melhor, de incorporação daquele que aparece como diferente de Mim.

Utilizando-se das contribuições de Souza Lima (1995), fugimos do binômio destruição/resistência – o primeiro, seria a ação dos universitários; o segundo, a reação das comunidades populares – para chegar a certa dimensão do poder, qual seja, aquela que o identifica como o exercício de uma guerra prolongada, que envolve o assenhramento/assujeitamento do

---

11 Este é o título do livro de Antônio Carlos de Souza Lima, retirado de um discurso proferido pelo Marechal Rondon, um dos grandes idealizadores do Serviço de Proteção ao Índio (SPI).



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

outro (neste caso, os moradores dessas comunidades).

Uma vez apresentado a forma pela qual a universidade enquadrou as comunidades populares localizadas em seu entorno geográfico, cabem algumas menções sobre o ponto de vista destas comunidades a respeito da universidade. Veremos que também elas tentaram nos incorporar ao seu arcabouço cultural. Para demonstrar este fato, torna-se necessário fazer uma esplanção sobre a gênese histórica do contato entre a UFBA e as populações humildes que residem em sua circunvizinhança.

Em 1991, a Fundação Kellogg para a América Latina e o Caribe lançou o Projeto UNI (Uma Nova Iniciativa), tendo por objetivo o delineamento de mudanças na formação dos profissionais de saúde, visando adequá-la às necessidades dos usuários dos serviços públicos de saúde, bem como na forma de participação social nesta arena. Para tanto, o projeto tinha como principal estratégia o estabelecimento de parcerias entre universidades, comunidades e serviços de saúde (Kisil e Chaves apud Costa, 1999). Em 1992, quinze universidades tiveram seus projetos contemplados pela iniciativa e se engajaram no programa. Em 1995, mais seis se juntaram ao grupo, entre elas, a Universidade Federal da Bahia (Schommer, 2005).

A área de atuação do Projeto UNI-Bahia foi o distrito sanitário Barra-Rio Vermelho<sup>12</sup>, um dos mais populosos da cidade de Salvador, onde estão localizados os *campus* e prédios administrativos da UFBA. Também neste distrito estão situados os bairros do Alto das Pombas, do Calabar e da Roça da Sabina, os entrepostos desafortunados da região, que se constituíram em público-alvo da iniciativa, tendo-se em vista a enorme carência dos moradores, notadamente no que diz respeito aos serviços básicos de saúde.

Em verdade, esses arrabaldes da cidade já se enquadravam, desde a década de 80, nos chamados Distritos Docentes Assistenciais, programa criado pelo Ministério da Educação, em nível nacional, que visava conferir às universidades um caráter acelerador de mudanças. Neste quesito, a inserção na prática de saúde foi concebida como uma forma de melhorar a qualidade de vida da população, em troca de uma melhor qualificação profissional dos estudantes (Paim, 1994). Em 16 de outubro de 1991, foi celebrado um convênio entre a UFBA, a Associação Brasileira de Odontologia e a Secretaria de Saúde do Estado da Bahia, tendo por objetivo a prestação de assistência odontológica ambulatorial à comunidade do distrito sanitário Barra-Rio Vermelho através de disciplinas de estágio. Desta forma, ao se estabelecer, o Projeto UNI-Bahia agregou estes

---

12 Denominação dada pela Secretaria de Saúde do município de Salvador como forma de mapear e controlar os dados epidemiológicos da população, bem como de promover ações de saúde.



profissionais que já atuavam nesta região. O conhecimento prévio sobre o lugar orientou o enfoque da ação: era a violência o principal inimigo da saúde pública destas comunidades (Costa, 1999).

Durante a sua vigência, o UNI congregou os diversos cursos de saúde da UFBA – Medicina, Medicina Veterinária, Nutrição, Farmácia e Odontologia – e um curso da área de humanidades, o curso de Psicologia, sendo capitaneados pela Escola de Enfermagem. Tal iniciativa foi responsável pela “conquista” (Souza Lima, 1995) definitiva deste território por parte da UFBA. Através dela, diversas reuniões ocorreram no Alto das Pombas e no Calabar, bem como foram ministrados cursos de educação em saúde.

Na ótica dos líderes comunitários do Alto das Pombas, esse projeto teria mudado sobremaneira a forma pelas quais se davam as relações entre a universidade e a comunidade. Antes dele, esta população era tratada tão somente como um “objeto de pesquisa”, uma “receptora” das ações dos profissionais e dos estudantes das áreas de saúde e de educação, ou seja, a comunidade como um “laboratório” para as ações dos universitários. Entretanto, também os moradores estavam mudando, na medida em que eles não estavam mais dispostos a serem “cobaias” de determinadas intervenções. Eles queriam uma participação mais ativa na organização e planejamento das iniciativas (Fagundes, 2003). Esta dupla mudança é bem sintetizada pela fala de um dos líderes comunitários do Alto das Pombas, cuja identidade a Doutora em Educação, Norma Carapiá Fagundes, manteve em sigilo:

Eu acho que dois pontos foram essenciais na mudança que hoje existe nas relações entre a universidade e a comunidade do Alto das Pombas. O primeiro foi uma mudança da própria comunidade, uma reação diante da atitude da universidade de desenvolver trabalhos sem nenhum envolvimento da comunidade. O segundo eu acho que foi o surgimento do Projeto UNI, que começou a discutir entre o corpo docente da universidade, uma mudança de atitude e esta mudança, aqueles professores que eram bem sensíveis, puderam aproveitar bem a “deixa” e fizeram com que a atuação deles dentro das comunidades pudesse ser diferenciada e não apenas os meninos [os estudantes] irem lá, pensando apenas numa atividade para ter uma nota. Eu acho que esta atitude mudou. Tem alguns alunos que você percebe que eles não incorporaram bem este novo jeito de ser, de atuar na comunidade, mas tem turmas que são excelentes, vestem mesmo a camisa, fazem um traalho que você consegue ver claramente o produto. Eu tive a oportunidade de trabalhar durante dois anos com cinco alunos de medicina; durante este tempo eles participaram praticamente de todas as ações que a gente tinha na comunidade, fosse à noite, fim de semana, eles estavam sempre disponíveis para estar acompanhando. Isto mostra a sensibilidade de muitos alunos para a proposta. Eu acho que muitos professores não entendem muito isto. A gente tem muitos outros cursos que vão em um semestre, atuam, fazem uma atividade, porque têm que fazer uma atividade comunitária e não aparecem mais (Líder comunitário do Alto das Pombas, *in* Fagundes, 2003, p. 101).

Também alguns professores da universidade sentiram a necessidade de se criar novas formas de relacionamento com a comunidade, pois sem estas adaptações o trabalho poderia ser dificultado ou até mesmo inviabilizado. Nas palavras de um deles:



As comunidades que a gente trabalha são organizadas politicamente, são comunidades que não aceitam como eles mesmos dizem: “nós não aceitamos mais sermos cobaias, sermos campo de estudo, queremos ter um retorno disto aí, a gente quer participar, a gente quer ter um retorno para a comunidade”. A gente chega no Alto das Pombas, no Calabar, encontra aquela coisa bem organizada, se você não souber como tratá-los, se você não souber como conversar, se você não tiver um vínculo, tanto de você para com eles, como deles para você, a coisa não anda. Várias vezes a gente ouve em reuniões de avaliação do Projeto UNI, as pessoas dizerem que gostam muito da gente, ou outras vezes dizerem abertamente que tal curso está indo lá para enrolar, eles realmente jogam na cara (Docente da Faculdade de Odontologia *in* Fagundes, 2003, p. 102).

Vê-se, pois, que com o tempo a universidade e as comunidades foram aprimorando e aparando as arestas das relações. Na medida em que a instituição foi ficando mais presente, e aí o marco é realmente o Projeto UNI, foi necessário desenvolver certa reciprocidade em torno destes contatos, ou seja, os trabalhos passaram a ser feitos em troca de alguma coisa. Houve, assim, uma “pacificação” da universidade. Faço aqui uma alusão à obra organizada pelos antropólogos indigenistas Bruce Albert e Alcida Ramos, *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico* (2002). Nas palavras da antropóloga Manuela Carneiro da Cunha (*in* Albert e Ramos, 2002, p. 07):

Por várias vezes, em lugares e momentos diferentes, grupos indígenas declararam ter “pacificado os brancos”, arrogando para si a posição de sujeitos e não de vítimas. “Pacificar os brancos” significa várias coisas: situá-los, aos brancos e aos seus objetos, numa visão de mundo, esvaziá-los de sua agressividade, de sua malignidade, de sua letalidade, domesticá-los, em suma; mas também entrar em novas relações com eles e reproduzir-se como sociedade, desta vez não contra, e sim através deles, recrutá-los em suma para sua própria continuidade.

Neste sentido, há uma tentativa de mostrar aos universitários que também os moradores das comunidades populares podem se constituir como agentes criativos nos processos de produção de conhecimento. Ao serem desafiadas pela realidade do contato, elas se abriram para a reflexividade cultural. Vendo-se como “objetos de pesquisa”, começaram a desenvolver estratégias para aprender com o Outro, os universitários, sem perder, contudo, a autonomia.

E aqui compreende-se a visão que o Outro tem do Outro, isto é, a visão que a comunidade (o Outro tradicional) tem de Nós (universitários, o Outro na lógica deles). Da perspectiva deles, os violentos somos nós, na medida em que invadimos o seu cotidiano para realizar as nossas pesquisas, na medida em que não contribuimos positivamente para a melhoria do estado de coisas, ou seja, por não nos mostrarmos ativos no tocante à superação das desigualdades sociais. Por isto, temos de ser “pacificados”, isto é, temos de ser realinhados pela lógica cultural deles. Nas palavras de Benedito:

[eu quero] universidade que reconheça que as pessoas que ela tem como “laboratório” também são construtoras de conhecimento. Uma universidade séria, que seja solidária, que contribua com a cidade, que os seus conhecimentos contribuam para ter uma cidade melhor,



que pelo menos aquilo que está próximo da universidade tenha uma vida melhor porque é claro que as desigualdades sociais têm muito a ver com as características de nosso país, mas a gente precisa de uma universidade, de um poço de saber, de conhecimento, um poço de experiências diversas para a pobreza ser aliviada. Não justifica ter uma Escola Politécnica [igualmente à Faculdade de Filosofia, esta unidade está localizada no bairro de São Lázaro] ali do lado que tem vários estudos de materiais de construção mais baratos, modelos de construção mais baratos, modelos de construção que podem ficar em locais que não tragam perigo nas épocas de chuva, e esse diálogo não existir. E isso ficar entre quatro paredes, entre um grupo seletivo que tem o acesso à ciência. (...) Uma universidade que seja mais para o povo, onde a extensão seja mais prioritária, porque a extensão na UFBA não é tão prioritária, não tem tido o planejamento no sentido de continuidade, pois são ações limitadas, ações semestrais. (...) A universidade não pode olhar a gente somente como figurante da novela. A universidade tem de nos enxergar como atores e autores também nesse processo de universidade porque se ela é universidade é porque ela consegue enxergar o universo para além daquelas quatro paredes que têm nos espaços. E que lá seja espaço de convivência coletiva mesmo, de construção harmônica entre a universidade e a comunidade [Entrevista, 21 de abril de 2010].

## Considerações finais

Vê-se, pois, nas palavras de Benedito, que a extensão universitária aparece como o agente capaz de conciliar as contradições de toda a trama, de tentar equilibrar os antagonismos entre a academia e o saber popular. Entretanto, as ações extensionistas encabeçadas pela Faculdade de Filosofia nos bairros do Alto das Pombas, do Calabar e adjacências se resumiram a apenas dois projetos, coordenados pelo então Departamento de Psicologia (hoje, Instituto de Psicologia). Assim, cabe informar, as interações com a vizinhança estiveram cativas das iniciativas desta última e de um padrão informal de sociabilidade baseado em laços cultivados na esfera do lazer, a saber, a bebida e o futebol. Aqui refiro-me ao circuito de bares situado nas proximidades da Faculdade e à Liga de Futebol patrocinada pelos estudantes, que conta com a participação de alguns membros da vizinhança local.

Todavia, essa sociabilidade informal convive com outro padrão de interação que considera como “indesejáveis” os contingentes populacionais humildes que residem no entorno geográfico da entidade. Ora vistos como indivíduos que precisam ser tutelados, ora como refratários à sociabilidade, porque cúmplices da violência que assola o cotidiano local, da presença destes moradores nas dependências da unidade universitária, via PAJ e ProJovem Adolescente, conclui-se que eles não se enquadravam nos padrões de disciplina vigentes no local, haja vista o enorme barulho por eles produzido, embora o silêncio não fosse uma serventia da casa. Assim, para a instituição cumprir a sua “função social” de abertura para a participação coletiva é necessário que essa coletividade seja “disciplinada”, seja “moralizada”.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

Por fim, cabem algumas palavras sobre as instituições. Se fôssemos analisar a Faculdade de Filosofia a partir das categorias que fazem parte de seu vocabulário, quais sejam, o ensino, a pesquisa e a extensão, a única conclusão que poderíamos chegar era a não existência de relações entre a unidade universitária e o seu entorno geográfico. Porém, quando se analisa etnograficamente uma instituição, podemos perceber como as suas finalidades são reinterpretadas e ressignificadas de acordo com os problemas históricos que surgem no horizonte das sociedades. No caso em questão, a Faculdade de Filosofia teve a sua “função social” questionada face à irrupção da violência na área do *campus* universitário. Assim, as práticas e representações de uma instituição não estão nela cristalizadas. Estão presas, isto sim, em uma malha histórica.

Em todo este processo, enfim, houve, e ainda está havendo, uma luta classificatória em torno do reconhecimento dos direitos e deveres das partes em litígio. Tudo se passa como se tanto a universidade quanto as comunidades populares almejassem certa autonomia, uma em relação à outra. Tal posicionamento evidencia uma forma de categorizar o Outro. A universidade, vista pelas comunidades populares, é enquadrada como o “Outro distante”, tendo em vista as enormes barreiras impostas às populações de baixa renda (e afrodescendente, cabe frisar) para o acesso ao ensino superior. Por seu turno, estas comunidades, vistas pelos universitários, são concebidas como o “Outro perigoso”, como aquele a quem, embora seja dado o privilégio da convivência, deve ser mantido a certa distância.

## Referências

ABÉLÈS, Marc. Pour une anthropologie des institutions, *L'Homme*, Paris, v. 35, n. 135, p. 65-85, 1995.

ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida (Orgs.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Editora Unesp; Imprensa Oficial do Estado, 2002.

CARADE, Hildon Oliveira Santiago. “*Relações incômodas*”: a dinâmica política social e interpessoal em torno do PAJ (Programa Agente Jovem). 2009. 82 f. Monografia (Bacharelado em Ciências Sociais com concentração em Antropologia) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2009.

CARDOSO DE OLIVEIRA, Roberto. Identidade étnica e a moral do reconhecimento. In: \_\_\_\_\_. *Caminhos da identidade: ensaios sobre etnicidade e multiculturalismo*. São Paulo: Editora Unesp; Brasília: Paralelo 15, 2006. cap. 1, p. 19-57.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. Apresentação. In: ALBERT, Bruce; RAMOS, Alcida (Orgs.). *Pacificando o branco: cosmologias do contato no norte-amazônico*. São Paulo: Editora Unesp; Imprensa Oficial do Estado, 2002. p. 07-08.



» XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais  
Diversidades e (Des)Igualdades  
Salvador, 07 a 10 de agosto de 2011.  
Universidade Federal da Bahia (UFBA) - PAF I e II  
Campus de Ondina

CIRINO, Helga. Estudantes protestam após violência sexual na Ufba, *A Tarde*, Salvador, 19 ago. 2008. Disponível em: <<http://www.atarde.com.br/cidades/noticia.jsf?id=938407>>. Acesso: 03 fev. 2011. (2008a)

\_\_\_\_\_. “A Ufba também é uma vítima” (Entrevista com o vice-reitor da Ufba, professor Francisco Mesquita), *A Tarde*, Salvador, p. 04, 23 set. 2008. (2008b)

COSTA, Heloniza. A problemática da violência como experiência de ensinar em saúde, *Interface – Comunicação, Saúde, Educação*, Botucatu, v. 3, n. 5, p. 63-74, 1999.

CRAVINO, María Cristina et al. Sociabilidad e micropolítica em un barrio bajo planes. In: ANDRENACCI, Luciano (Org.). *Cuestión social y política em el Grand Buenos Aires*. La Plata: Universidad Nacional de General Sarmiento, 2002. p. 57-79.

FAGUNDES, Norma Carapiá. *Em busca de uma universidade outra: a inclusão de “novos” espaços de aprendizagem na formação de profissionais de saúde*. 2003. 231 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2003.

PAIM, Jairnilson. *Recursos humanos em saúde no Brasil: problemas crônicos e desafios agudos*. São Paulo: EDUSP, 1994.

RAMOS, Jair de Souza. O poder de domar do fraco: construção de autoridade pública e técnicas de poder tutelar nas políticas de imigração e colonização do serviço de povoamento do solo nacional, do Brasil, *Horizontes Antropológicos*, v. 9, n. 19, p. 15-47, jul. 2003.

SALES, Mione Apolinario. *(In)Visibilidade Perversa: adolescentes infratores como metáfora da violência*. 2004. 262 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Unversidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

SCHOMMER, Paula Chies. *Comunidades de prática e articulação de saberes na relação entre universidade e sociedade*. 2005. 313 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas, Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2005.

SOUZA LIMA, Antônio Carlos de. *Um grande cerco de paz: poder tutelar, indianidade e formação do Estado no Brasil*. Petrópolis: Vozes, 1995.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA. *Estatuto & Regimento Geral*. Salvador: Cian Gráfica & Editora, 2010.